

# A NEGAÇÃO SENTENCIAL: DA TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS PARA O PROGRAMA MINIMALISTA — UMA INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

SABRINA PEREIRA DE ABREU  
(UFRGS/BRASIL)

## 0. Introdução

O estudo de uma categoria semântica primária como 'negação' pressupõe que o que qualifica uma dada sentença como negativa não é determinado por sua interpretação, mas aquilo que está relacionado a algumas características de suas representações sintáticas. Assim, em uma visão gerativista da linguagem natural, a 'negação sentencial' é caracterizada como qualquer sentença de uma dada língua cujo constituinte negativo tem escopo. Como pode ser visto em (1):

- (1) a. Eu **não** irei lá mais (português brasileiro)
- b. Maria **non** parla molto (italiano)
- c. Je **n'** aime **pas** Pierre (francês)
- d. I **don't** know **nothing** (inglês)
- e. Ez da extea erori (basco)

Observando-se os exemplos, em um nível pré-teórico, percebe-se que em (1a) e (1b) o constituinte negativo antecede o verbo gerando uma estrutura do tipo [Neg+V]. Em (1c) temos a presença de dois constituintes negativos: um pré-verbal e o outro pós-verbal, ocorrendo concomitantemente na mesma sentença. Este fato gera uma estrutura do tipo [Neg+V+Neg]. Ainda, em (1d), a sentença do inglês gera a forma [Aux+Neg+V]. Por fim, uma língua como o basco, em (1e), com a partícula 'ez' determinando a negação sentencial através da anteposição do marcador negativo a toda sentença, apresenta um padrão do tipo [Neg+S].

Como se vê, a negação sentencial, aparentemente, manifesta-se através de diferentes representações sintáticas. No entanto, o fenômeno negação, por hipótese, tem sido considerado como um dos universais das línguas naturais. Na teoria sintática adotada neste trabalho, as sentenças negativas são universalmente associadas à categoria funcional NegP, responsável por inverter o valor de verdade das sentenças afirmativas. Obviamente, tal categoria, quer na sua posição nos níveis de representação lingüística, quer nas propriedades seletivas de seus constituintes internos, está sujeita à variação paramétrica. Nesse sentido, conforme Miotto (1991), realizar um trabalho sobre a negação sentencial implica procurar explicar sintaticamente como as sentenças negativas interagem com os princípios sintáticos e quais os parâmetros que estão envolvidos.

Esta investigação, ao examinar as propriedades sintáticas das sentenças negativas, pretende, essencialmente, realizar um cotejamento dos estudos realizados dentro do quadro teórico da Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky 1981, 1986a,b e ss) com aqueles já realizados na sua mais recente versão, o chamado Programa Minimalista (Chomsky 1992,1995). Como corolário, tal confrontação se estenderá ao reexame deste fenômeno no português brasileiro (doravante, PB).

É importante esclarecer que as propriedades sintáticas da negação sentencial no PB, observadas a partir da Teoria de Princípios e Parâmetros (doravante, TPP), já recebeu tratamento adequado (v. Miotto (1991) e Gurgel (1993)); além disso — inserido no conjunto de línguas românicas — teóricos gerativistas já descreveram e explicaram o funcionamento deste tipo de sentença para o francês, o italiano e o espanhol (v. Zanuttini (1991), Pollock (1989), Belletti (1990), Ouhalla (1990) e Laka (1990)).

Especificamente em relação ao PB, Miotto (1991) demonstrou que estas análises não se aplicam diretamente aos fatos desta língua, mesmo que muitas das idéias contidas nelas tenham sido aproveitadas pelo autor.

Assim, o estudo de Miotto já revelou como o fenômeno negação no PB interage com a Teoria da Gramática; entretanto, tal trabalho, apesar de discutir questões relevantes que possibilitaram descrições suficientes das propriedades sentenciais da negação no PB, necessita ser revisitado à luz do Programa Minimalista (*Minimalist Program*, doravante, PM) porque a reformulação do modelo, por questões que veremos mais adiante, não contempla mais os mesmos níveis de representação lingüística. Este fato, por si só, justifica um trabalho como este.

Desta forma, apesar de o trabalho de Miotto abordar questões que serão consideradas aqui por razões óbvias, não há registro de estudos, até onde pudemos averiguar, sobre uma abordagem minimalista das propriedades sintáticas da negação sentencial no PB<sup>1</sup>. Assim, a relevância deste trabalho está, em primeiro lugar, no cotejamento entre os dois modelos teóricos anteriormente mencionados

no que diz respeito à negação sentencial; em segundo, no reestudo do comportamento sintático dos constituintes negativos no PB; e, em terceiro, na descrição das estruturas sintáticas nas quais estes constituintes podem se manifestar no quadro minimalista.

Para examinar a implementação de uma abordagem minimalista das propriedades da negação sentencial no PB, adotamos a seguinte estratégia: assumimos o sistema proposto por Mito (1991) e o comparamos com as posições de Chomsky (1992,1995). Nesse sentido, o estudo que ora iniciamos apresenta, em última análise, a comparação das duas concepções da forma da gramática, tendo como suporte os fenômenos afeitos à negação sentencial no PB.

O trabalho está assim organizado: a primeira parte traz uma breve discussão sobre as questões metateóricas e teóricas relevantes para caracterizar a negação sentencial na TPP; a segunda apresenta a proposta de Mito para o PB; a terceira apresenta o sistema conceptual básico do PM e discute os aspectos essenciais para a caracterização do fenômeno dentro de uma abordagem minimalista; a quarta, com o objetivo de verificar a adequação empírica desse novo aparato teórico, apresenta a análise das sentenças negativas; e a quinta, por fim, traz as considerações finais.

Diante deste percurso, há duas questões centrais a responder:

- a) Como se caracteriza a negação sentencial em uma visão minimalista da forma da gramática?
- b) Como se explicam os fenômenos da negação sentencial que eram afeitos à estrutura-S neste novo modelo?

Para responder a estas questões, estaremos assumindo que a negação sentencial no PB é sustentada pela existência de uma categoria funcional NegP cujo núcleo deve ser vazio ou preenchido por *não*. Tal categoria é formada a partir de instruções contidas nos itens lexicais negativos que, quando apanhados do léxico, carregam o traço [neg]. A checagem deste traço é autorizada através da projeção funcional PolP, responsável pela interpretação dos valores de polaridade de uma sentença.

Por fim, é importante registrar que este trabalho não tem nenhum compromisso com a explicação do fenômeno da negação nas línguas naturais; seu objetivo é unicamente o de mostrar, em uma perspectiva minimalista, a descrição já proposta para o PB.

### **1. TPP e a negação sentencial como fenômeno**

Os estudos sobre o fenômeno negação na TPP revelam que toda a sentença negativa contém uma projeção funcional NegP — que é gerada dominando outras categorias flexionais que podem ser reduzidas a I — (situada entre AgrP e TP).

Como outras categorias funcionais, NegP está sujeita à variação paramétrica. Assim, todas as línguas possuem uma categoria funcional NegP que

consiste de um constituinte nuclear, Neg<sup>o</sup>, de uma categoria intermediária, Neg', e de um especificador, Spec.

Os aspectos elencados acima são indispensáveis para se definir o lugar em que NegP é gerado e o modo como interage com outros núcleos nas línguas naturais. Nesse sentido, as línguas diferem em relação às posições onde NegP ocorre na representação sintática, fato este que é determinado por suas propriedades de seleção.

Em síntese, as instanciações da projeção funcional NegP em diferentes línguas diferem basicamente em dois aspectos:

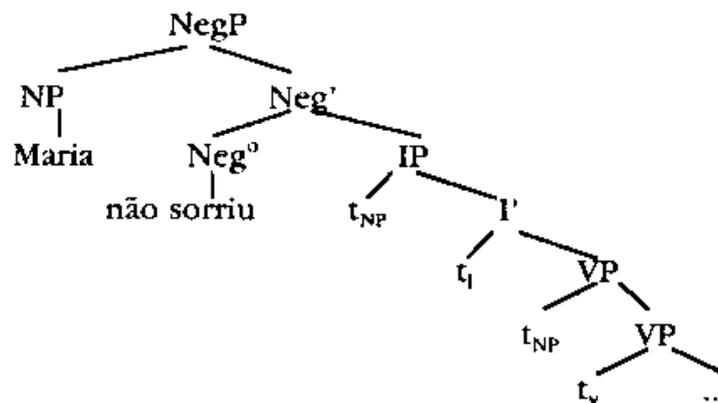
- (a) os constituinte negativos podem se realizar como núcleo e/ou especificador de NegP;
- (b) a posição da categoria funcional NegP é parametrizada.

## 2. TPP e a negação sentencial no PB conforme Mioto (1991)

De acordo com Mioto (1991), a DS de uma sentença negativa simples do PB é:

(2) a. Maria não sorriu

b.



Os princípios básicos que concorrem para que (2b) resulte na SS das sentenças negativas do PB são derivados das questões relativas ao movimento dos núcleos, ao movimento do NP, e ao fato de que o **não**, núcleo de NegP, apresenta características de clítico.

- a) NegP é gerado dominando IP;
- b) a natureza clítica de **não** em Neg<sup>o</sup> determina que o complexo [V+I] seja movido para Neg<sup>o</sup>
- c) a presença de I em Neg<sup>o</sup> acarreta a presença de [Spec, IP] acima de [Spec, NegP], posição em que receberá nominativo;
- d) a interferência de [Spec, NegP] entre I e o [Spec, IP] não bloqueia a atribuição de caso ao NP que preenche [Spec, IP], tendo em vista a sua impermeabilidade para a atribuição de caso.

### 3. PM e a Negação Sentencial como fenômeno

#### 3.1 A forma da gramática

Basicamente, o PM busca reduzir a sintaxe a um conjunto mínimo de princípios, enfatizando os níveis de interface, Forma Lógica (*Logical Form*, doravante LF) e Forma Fonológica (*Phonological Form*, doravante PF), com outros módulos do conhecimento. O movimento na sintaxe tem uma única motivação: checagem de traços morfológicos, caracterizados como “fortes” ou “fracos” em relação a sua visibilidade em PF. Os traços fortes não são interpretados no componente fonológico e devem ser checados (eliminados) na sintaxe, antes de *spell out*, uma operação que determina a bifurcação entre os dois níveis de interface. Os traços “fracos” podem esperar até a LF para serem checados. Este movimento de checagem não é visível, ou melhor, audível em PF.

Além disso, assume-se que núcleos funcionais como Agr e T têm traços nominais e traços verbais que são parametrizados nas diferentes línguas. Os traços-N determinam o movimento dos sintagmas nominais para [Spec,AgrS]. Os traços-V determinam o movimento do verbo para os núcleos funcionais. Em outras palavras, a parametrização está restrita a esta visibilidade dos traços morfológicos das categorias funcionais. Assim, em uma concepção minimalista da forma da gramática há somente dois níveis de representação linguística relevantes: LF e PF.

A característica principal do PM é que a sintaxe é dirigida por princípios de economia: “*Shortest move*”, “*procrastinate*” e “*greed*”, que comparam derivações envolvendo os mesmos recursos lexicais e descartam todas menos as mais econômicas das derivações. Uma aplicação destes princípios é que o movimento deve acontecer somente quando necessário. O movimento pode ser aberto, quando acontece antes de *Spell out*, ou pode ser coberto, quando acontece depois de *Spell out*, i.e., em LF.

#### 3.2 A negação sentencial

Do exposto, é possível inferir que os trabalhos sobre a negação sentencial que seguem uma direção minimalista devem tentar demonstrar que os fenômenos que eram afeitos à SS na TPP, deverão, agora, sempre que possível, serem adiados para LF. Disso resulta que, em uma concepção minimalista, é preciso mostrar, ao longo da derivação, que os movimentos são mais curtos, os passos são menores e os movimentos, sempre que possível, devem ser adiados.

Agora, o movimento de elementos negativos ao longo da derivação é decorrente da necessidade de checagem do traço [neg]. Línguas com traços negativos fortes devem checá-los antes de *Spell out* (traços negativos serão checados por uma relação Spec-núcleo com um núcleo negativo).

O estatuto da categoria NegP no âmbito minimalista não sofreu nenhuma alteração. No entanto, não havendo mais a necessidade de se determinar as

condições de licenciamento em função de propriedades seletivas dos núcleos, tendo em vista que no PM os núcleos são gerados na base com suas flexões, é necessário discorrer sobre o lugar em que NegP é base-gerado.

Para tanto, assumindo que a negação sentencial é expressa por uma categoria funcional do tipo NegP, mostraremos as razões para a checagem de traços dos itens lexicais negativos, e quais os domínios de checagem para o seu licenciamento. Em especial, assumimos, seguindo Zanuttini (1994), que há uma uniformidade na posição em que os constituintes negativos são interpretados: no nível de LF, todos os constituintes negativos ocupam uma posição que c-comande a projeção T.

Segundo Zanuttini (1994), a estrutura das sentenças negativas tem duas propriedades sintáticas na expressão da negação: uma é a projeção de NegP e a outra é a projeção de PolP. Tais categorias, como outras categorias funcionais, possuem um elemento nuclear em sua estrutura interna. Nesse sentido, é preciso explicitar quais os constituintes negativos que podem ocupar a posição de núcleo dessas categorias e quais os que podem ocupar a posição de especificador. Além disso, é preciso demonstrar como PolP e NegP interagem ao longo da derivação.

Com base nesses dados, é necessário verificar o lugar em que NegP e PolP são base-geradas. Além disso, é necessário explicar como os núcleos envolvidos diretamente com a negação sentencial se movimentam ao longo da derivação.

Em síntese, na direção minimalista que estamos assumindo, é necessário explicitar:

- a) a constituição interna de NegP e PolP (como se realizam as posições de núcleo e de especificador destas categorias funcionais);
- b) como NegP e PolP interagem ao longo da derivação; e
- c) como os elementos nucleares se movimentam em relação à forma da gramática, tal como concebida por Chomsky (1992,1995).

#### 4. O PM e a negação sentencial no PB conforme Abreu (1998)

Até aqui, assumimos que a estrutura das sentenças negativas no PB tem duas propriedades sintáticas que exercem um papel na expressão da negação sentencial: uma é a expressão de NegP e a outra é a projeção de PolP.

Além disso, como Miotto (1991), consideramos que a negação sentencial no PB se caracteriza pela existência de uma projeção funcional específica para a expressão da negação, NegP. Para que ocorra a negação sentencial, o núcleo de tal categoria, Neg<sup>o</sup>, é preenchido por *não*, ou um quantificador ou um advérbio estarão em [Spec,NegP] quando a posição de núcleo de NegP estiver vazia.

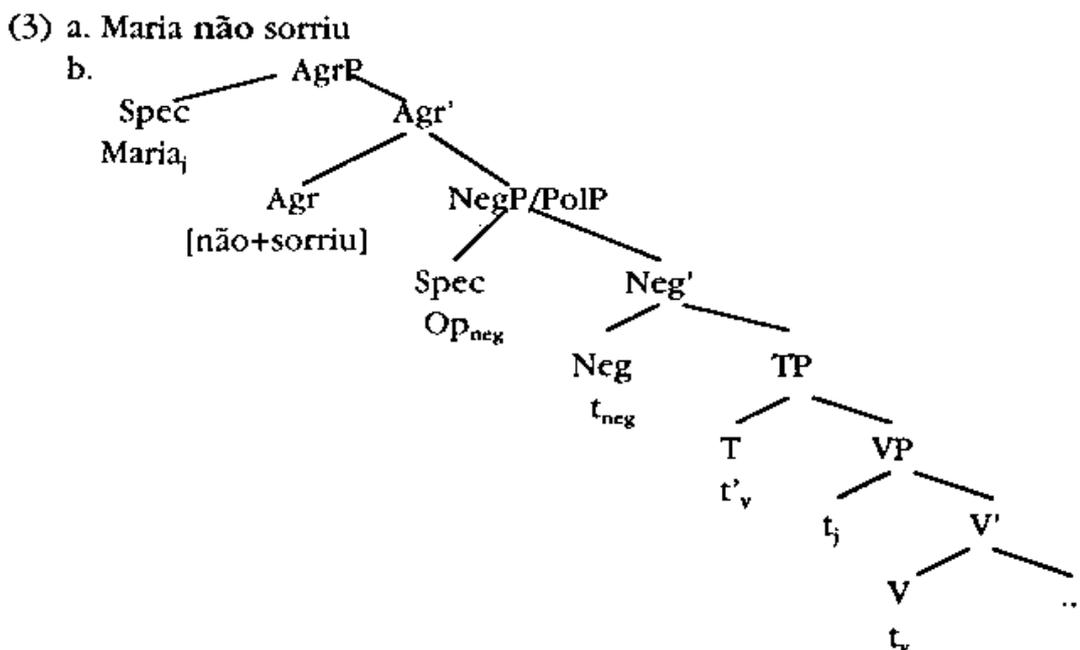
Todos os constituintes negativos, independentemente do lugar em que são gerados na estrutura interna de NegP, são interpretados em PolP. As diferenças em relação à posição de superfície dos constituintes negativos no PB derivam do fato de que, quando o constituinte tem traço negativo forte, como é o caso do

núcleo *não*, e dos quantificadores e advérbios pré-verbais, os traços de PolP devem ser checados antes de *Spell out*. Se este não é o caso, devem ser checados em LF. Assim, em sentenças simples negativas com o núcleo aberto *não* ou com constituintes negativos que determinam o escopo sentencial, i.e., com traço negativo forte, o constituinte negativo deve se levantar para [Spec, NegP(PolP)] antes de *Spell out*, para a checagem do traço [neg], aparecendo na posição pré-verbal. Por outro lado, quando [Spec, NegP] estiver preenchida com elementos que carreguem traços negativos fracos, em função do *Princípio da Procrastinação*, o constituinte negativo não se moverá para a checagem antes de *Spell out*, mas será checado em LF.

Em relação à estrutura da oração, partimos da proposta de Belletti (1990), segundo a qual AgrP domina NegP que, por sua vez, domina TP. O verbo se levanta para TP para pegar sua morfologia flexional, e o sujeito se move de sua posição de base de dentro do VP para [Spec, AgrP] para checar o caso nominativo em uma configuração de concordância adequada.

Em suma, os procedimentos que concorrem para a análise que ora propomos são os seguintes: assumimos, como Zanuttini (1994), a existência de uma categoria funcional responsável pela manifestação de valores de polaridade nas sentenças, adotamos a proposta de Haegeman (1995) segundo a qual as configurações de checagem dos elementos negativos podem ser obtidas através da postulação de um operador não-aberto em [Spec, NegP] especificado para [neg], e assumimos que a natureza clítica do *não*, núcleo de NegP, obriga o movimento de tal elemento para [Spec, AgrP] para encontrar o verbo.

Segundo Abreu (1998), a representação de uma sentença negativa simples no PB é como segue:



Os passos que propomos para a representação de uma sentença negativa com o núcleo **não** no PB, são os seguintes:

- a) de forma similar a Belletti (1990), assumimos que NegP é gerada acima de TP;
- b) para obter a configuração de checagem, de forma similar à Rasetti (1994) e Haegeman (1995), assumimos a presença de um operador não-aberto em [Spec, NegP];
- c) em relação à interação entre as categorias funcionais PolP e NegP, seguindo Hageman (1995), assumimos que os valores de PolP só necessitam ser especificados em casos em que o escopo da negação é determinado em LF;
- d) assumimos, seguindo Zanuttini (1994), que quando o constituinte negativo é base-gerado no núcleo de NegP, como é o caso do **não** no PB, ele é forte e deverá ocupar o núcleo da projeção NegP(PolP); no entanto, quando [Spec, NegP] estiver preenchida por quantificadores e advérbios negativos, à exceção de **ninguém** e **nunca** pré-verbais, são fracos e serão especificados em LF.

## 5. Considerações finais

Ao apresentar o sistema conceptual básico do PM, discutimos os aspectos essenciais para a caracterização do fenômeno dentro de uma abordagem minimalista. Em especial, mostramos que, segundo os pressupostos do PM, a forma de gramática é mais simples do que aquela proposta pela TPP, em relação aos seguintes pontos: à ausência de uma estrutura inicial, à maneira como se constrói as representações, e em relação ao próprio formato do Módulo X-barra .

Destacamos, também, que, no PM, Chomsky argumenta a favor de um sistema onde os únicos níveis de representação sejam os dois níveis externos de interface: PF e LF. PF é o nível de interface com o sistema A-P, e LF o nível interagindo com o sistema C-I. Sob hipóteses minimalistas, não existem outros níveis de estrutura lingüística além destes dois. Em particular, o nível da DS e, conseqüentemente, as condições aplicáveis àquele nível foram dispensadas a de um sistema onde o sistema computacional retira diretamente do léxico os elementos, e é restringido somente pela exigência de que o marcador da frase projete o item lexical de acordo com algumas condições de boa-formação. Expressões lingüísticas são, assim, sujeitas a condições de boa-formação de PF e LF e a princípios gerais de economia.

Em bases minimalistas, também ocorre o desaparecimento da SS, porque esta interface parece não ter função relevante para a adequação explanatória de qualquer fenômeno sintático, sendo somente produzida por questões

intrateóricas sem outra motivação além de demonstrar que as línguas diferem em relação ao ponto em que *Spell out* se aplica no curso da derivação para LF.

Especificamente em relação à negação sentencial, observamos que para um tratamento minimalista é necessário mostrar as razões para a checagem de traços dos elementos negativos e quais os domínios de checagem para o seu licenciamento.

Tendo em vista que a estrutura da sentença do PM é montada gradualmente, e as projeções lexicais são gradualmente estendidas para projeções funcionais mais elevadas. As questões que surgiram foram:

- a) Em que lugar ocorrerá a checagem dos traços dos elementos negativos?
- b) Qual a motivação para a checagem de elemento negativos?

Para responder à primeira questão, assumimos a postulação de Zanuttini (1994) sobre a existência de uma projeção responsável pela checagem de traços dos itens lexicais que carregam instruções sobre o valor de polaridade da sentença.

Seguindo estes pressupostos, apresentamos uma possível maneira de interpretar as construções negativas no PB à luz das idéias minimalistas. Para tanto, assumimos que a estrutura das sentenças negativas no PB tem duas propriedades sintáticas que exercem um papel na expressão da negação sentencial: uma é a expressão de NegP, na qual os constituintes negativos são gerados, e a outra é a projeção de PolP, na qual eles são interpretados.

Reiterando, a análise que apresentamos pressupõe que a negação sentencial no PB é sustentada pela existência de uma categoria funcional NegP cujo núcleo deve ser vazio ou preenchido por *não*. Tal categoria é formada a partir de instruções contidas nos itens lexicais negativos que, quando apanhados do léxico, projetam o traço {neg} na projeção NegP(PolP). No caso do núcleo aberto *não*, as suas propriedades negativas poderão ser interpretadas na própria categoria PolP, e a checagem ocorrerá antes de *Spell out*.

Com relação à análise de Miotto (1991), o estudo da negação sentencial, nos termos aqui considerados, procurou resolver o problema da atribuição de caso ao sujeito sem a necessidade da postulação de o núcleo de NegP apresentar uma natureza híbrida. Tal pressuposto torna-se desnecessário se considerarmos que no PM o movimento é determinado pela necessidade de checagem de traços de concordância e de caso. Dessa forma, o NP sujeito pode se levantar livremente para checagem do traço nominativo em [Spec,AgrP], como demonstramos.

Se a análise que propomos está correta, é possível afirmar que, em relação à análise em termos da TPP, a abordagem minimalista apresenta algumas vantagens. Uma delas é a motivação do movimento do constituinte negativo pré-verbal. Nesse sentido, o movimento do núcleo de NegP é motivado pela necessidade de checagem de traços e seu local de aportagem é o núcleo da projeção funcional, PolP.

Desnecessário dizer que este trabalho não exaure os meios pelos quais um estudo da sintaxe da negação pode encetar em uma perspectiva gerativista. No entanto, no que diz respeito às construções negativas no PB, em sua manifestação básica, constitui-se em um ponto de partida para futuras pesquisas dentro desse quadro teórico.

### Notas

1 É preciso ressaltar que Rasetti (1994) apresenta uma análise minimalista da negação sentencial no PB; no entanto, tal trabalho segue a linha de Brody (1993) que reconhece somente um nível de representação linguística e descarta a forma da gramática proposta por Chomsky (1992-95). Para maiores esclarecimentos sobre os níveis de representação propostos por Brody (1993), veja Abreu (1997b).

2 Algumas considerações sobre a caracterização de IPNs no PB, no quadro teórico da TPP, estão em Abreu (1997a).

### Bibliografia

- ABREU, S.P. de (1997a). "Considerações sobre a caracterização do licenciamento de IPNs na TPP". Anais do II Seminário Internacional de Linguística. PUCRS, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_(1997b). "A negação sentencial da TPP para o PM: algumas considerações sobre a análise de Haegeman (1995)". II Celsul, Florianópolis, no prelo.
- BELLETTI, A.(1990) *Generalized Verb Movement: Aspects of Verb Syntax*.Turin: Rosenberg & Sellier.
- \_\_\_\_\_(1992)'Verb positions; NP positions. Evidence from Italian'. Ms. University of Geneva.
- BRODY, M. (1993) "Lexico-logical formal - a radically minimalist theory". MS University College, London.
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_(1982) *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding*., Cambridge, Mass.: MIT Press.
- \_\_\_\_\_(1986a). *Knowledge of Language: Its Natures, Origin and Use*. New York: Praeger.
- \_\_\_\_\_(1986b). *Barriers*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- \_\_\_\_\_(1987) Response. *Mind and Language* 2:193-197.
- \_\_\_\_\_(1989). "Some notes on Economy of Derivation an Representation". *MIT Working Papers in Linguistics*, 10: Functional Heads and Clause Structure: 43-74.
- \_\_\_\_\_(1990). *Language and Innateness - On nature, use and acquisition of Language*. In: Lycan (ed) *Mind and Cognition*.
- \_\_\_\_\_(1991). *Principles and parameters in syntactic theory*. In. N. Hornstein e D. Lightfoot (eds.) *Explanation in Linguistics*.
- \_\_\_\_\_(1992) "A Minimalism Program fore Linguistic Theory". *Occasional Papers in Linguistics*. Vol.1, Cambridge, Mass: MIT Press.
- \_\_\_\_\_(1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.:MIT Press.
- HAEGEMAN, L. (1995) *The Syntax of Negation*. Cambridge University Press.

## A NEGAÇÃO SENTENCIAL

- MIOTO, C. (1991) *Negação Sentencial no Português Brasileiro e a Teoria da Gramática*. Estudo de Doutorado. UNICAMP.
- OUHALLA, J. (1990) "Sentential negation, Relativised Minimality and the aspectual status of auxiliaries". *The Linguistic Review* 7:183-231.
- RASSETI, L. (1994). *Sentential negation in Brazilian Portuguese*. ms, University de Geneva.
- URIEGEREKA, J. (1997). "Formal an Substantive Elegance in The Minimalist Program (On the Emergence o Some Linguistic Forms)". In: Chris Wilder (ed.) *The role of economy principles in linguistic theorie*, Berlim: Akad Verl. p.170-204.
- ZANUTTINI, R. (1991) *Syntatic Properties of Sentential Negation. A comparative Study of Romance Languages*. Estudo de Doutorado. University of Pensylvania.
- \_\_\_\_\_(1994). "Re-examining negative clauses". In: Cinque, G., Koster, J., Pollock, J.Y., Rizzi, L. And Zanuttini, R., (eds.) *Paths towards Universal Grammar. Studies in Honor of Richard S. Kayne*, Georgetown University Press. Washington. D.C. 427-451.